



CONSUMO DE CARNE SUÍNA NO BRASIL: INDICADORES, EVOLUÇÃO E DIFERENÇAS REGIONAIS

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise das estatísticas e estimativas disponíveis, bem como apontar uma agenda para dimensionar e acompanhar a evolução do mercado consumidor de carne suína. Esta iniciativa se insere na proposta da criação de uma central de informações para a suinocultura.

Por Marcelo Miele¹

Há um conjunto de variáveis que são essenciais para acompanhar o desempenho de uma cadeia produtiva, sendo as principais: consumo, produção, participação no comércio internacional, preços e custos. Dentre estas, acredita-se que o consumo seja aquela com a maior carência de estatísticas no Brasil.

Recentemente, vários atores da cadeia produtiva têm expressado a necessidade de medir o consumo de carne suína e de produtos processados no Brasil. Destaque para a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) e as associações estaduais de suinocultores que estão envolvidos em uma política de marketing denominada "Um novo olhar sobre a carne suína".

É natural que produtores, empresas, instituições e governos que investem na promoção de um dado produto desejem caracterizar o seu consumo, bem como monitorar a sua evolução ao longo do tempo, permitindo assim avaliar a eficácia da ação de marketing. O objetivo deste texto é apresentar uma análise das estatísticas e estimativas disponíveis, bem como apontar uma agenda para dimensionar e acompanhar a evolução do mercado consumidor. Esta iniciativa se insere na proposta da criação de uma central de informações para a suinocultura.

A DISPONIBILIDADE INTERNA (DI)

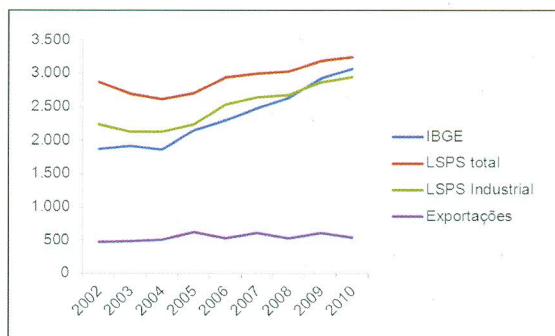
A informação mais difundida da disponibilidade interna (DI) é a diferença entre a produção e o saldo do comércio exterior (exportações/importações, que no caso da carne suína são pouco expressivas). A DI não representa o consumo de carne suína e de produtos processados, mas o volume produzido de carne suína em equivalente carcaça que não foi absorvido pelo mercado externo. É uma medida de fácil acompanhamento, até mesmo em análises conjunturais (mensais ou trimestrais). Como pontos negativos, ressalta-se que é uma conta de chegada; que geralmente não considera a variação nos estoques (esta informação é restrita às empresas); e que dificilmente pode ser estimada para o nível estadual pela falta de dados sobre o trânsito interestadual de animais, exportações e produtos acabados. Por fim, deve-se ressaltar que há divergências entre as estatísticas oficiais e as estimativas setoriais. A Figura 1 apresenta a evolução da produção e das exportações no Brasil a partir de duas fontes disponíveis. A Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (PTAA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mede os abates sob inspeção federal, estadual e municipal a partir de questionários junto a uma amostra representativa de estabelecimentos, com dados desagregados para o nível da unidade da federação. O Levantamento Sistemático da Produção de Suínos (LSPS) estima a oferta de animais para abate a partir do alojamento de matrizes, da sua produtividade e do peso médio de abate. A oferta de animais do rebanho industrial baseia-se em informações das agroindústrias integradoras e das associações estaduais de

suinocultores. A oferta de animais para subsistência e autoconsumo baseia-se em avaliações qualitativas. O LSPS utiliza a técnica de painel nos oito principais Estados produtores. Os dados de exportações utilizados são aqueles disponibilizados pela Abipecs².



A INFORMAÇÃO MAIS DIFUNDIR É A DA DISPONIBILIDADE INTERNA (DI) QUE É A DIFERENÇA ENTRE A PRODUÇÃO E O SALDO DO COMÉRCIO EXTERIOR

FIG. 11 PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA NO BRASIL (MIL T)



Fonte: PTAA/IBGE; LSPS; ABIPECs

A partir das fontes consultadas, conclui-se que a oferta brasileira cresceu a partir dos abates inspecionados e do alojamento de matrizes do rebanho industrial em detrimento da produção de subsistência para consumo próprio; e que as exportações mantiveram-se no mesmo patamar no período, perdendo importância em relação ao mercado interno na absorção da produção.

Na Figura 2 apresenta-se a *DI per capita* calculada a partir das duas fontes utilizadas acima e das estimativas populacionais do IBGE. Conclui-se que:

- a escolha da fonte de informação leva a resultados diferentes;

- as estimativas totais do LSPS, que incluem a produção de subsistência, apontam para uma certa estabilidade da *DI per capita*, oscilando entre 11 e 14 kg, sendo que o patamar de 2002 é o mesmo de 2010;

- as estimativas a partir do rebanho industrial do LSPS e das estatísticas oficiais de abate do IBGE apontam para uma tendência de aumento da *DI per capita*, de 8 a 10 kg em 2002 para 13 kg em 2010;

- essas diferenças podem significar uma redução da produção própria para autoconsumo e aumento do consumo da produção sob inspeção.

FIGURA 2. DISPONIBILIDADE INTERNA *PER CAPITA* (KG/HABITANTE/ANO)



Fonte: IBGE/PTAA; LSPS; IBGE/DPE

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF)

Segundo o IBGE, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) "visa principalmente mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias". A investigação dos hábitos de consumo alimentar é detalhada para 17 grupos e 50 subgrupos de produtos, nos anos de 1987, 1996, 2002 e 2008. O presente estudo fez uma comparação entre os resultados das duas últimas pesquisas, sendo que a mais recente entrevistou uma amostra de 59.548 domicílios. A variável de aquisição alimentar domiciliar *per capita* (AD), ao contrário da *DI per capita*, não é uma conta de chegada, e baseia-se na declaração dos informantes. Como pontos

negativos, ressalta-se que é uma pesquisa extensa e custosa que não pode ser realizada todos os anos e que não mede o consumo fora do domicílio, apenas o montante das despesas (sem considerar o produto). Ocorreu no período de 2002 a 2008 uma pequena queda na aquisição domiciliar *per capita* das carnes, puxada pela queda nos pescados, na carne suína e de aves. Por outro lado, as carnes bovina e de outros animais cresceram. Mesmo assim, pode-se afirmar que ocorreu uma certa estabilidade entre as diferentes carnes (Tabela 1). Entre as grandes regiões, a carne suína (*in natura* e processados) tem maior participação nas regiões produtoras (Sul, Sudeste e em menor medida no Centro-Oeste). Nas regiões Nordeste e Norte a carne suína tem participação inferior aos pescados.

